

BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Rua Paraíba, 330 - 22º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

24.594 1.539 25.886 (67)

(34.916)

2.681 10.875

(20.562)

(1.159) (3.310) (253)

(247) (11.435)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

10,090 milhões em 2010). Por sua vez, o Patrimônio Líquido apresentou o montante de R\$ 46,782 milhões (R\$ 82,440 milhões em 2010).

nalmente, e ainda sobre o exercício findo, vale registrar os Adicionalmente, è ainda sobre o exercició indo, vaie registrar os números das carteiras de crédito e captação da Instituição. São eles, respectivamente: R\$ 370,255 milhões (R\$ 426,020 milhões em 2010) e R\$ 394,780 milhões (R\$ 401,254 milhões em 2010) O Contexto Operacional das Notas Explicativas (nota 1), traz considerações acerca dos eventos que impactaram a performance da institução no exercício findo, cabendo contudo, ressaltar a ua institução no exercicio indo, capendo contudo, ressatar a demonstração do comprometimento dos acionistas da instituição em manter a estrutura operacional adequada aos procedimentos regulamentares, se comprometendo em disponibilizar através de capital o montante necessário para manutenção da operação.

Com estes números e com estas palavras, encaminhamos aos acionistas o resultado deste trabalho, agradecendo o apoio sempre

actonistas o resultado deste trabalho, agradecendo o apoto sempre presente. A nossos colaboradores e, sobretudo, nossos clientes e parceiros, um agradecimento especial pela confiança e prestígio com que

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações de resultados Semestre findo em 31 de dezembro de 2011 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)						
	Semestre findo em 31/12/2011		2010			
Receitas de intermediação						
financeira	79.860	152.171	128.041			
Operações de crédito (nota 15) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	75.438	144.253	117.789			
(nota 15)	5.110	8.416	8.599			
(notas 7 e 15) Despesas de intermediação	(688)	(498)	1.653			
financeira	(90.224)	(159.462)	(80.903)			
Operações de captação no mercado (nota 15) Provisão para créditos de	(27.346)	(54.069)	(40.615)			
liquidação duvidosa (nota 15) Resultado bruto da	(62.878)	(105.393)	(40.288)			
intermediação financeira Outras receitas (despesas)	(10.364)	, ,	47.138			
operacionais	(26.328)	(54.048)	(35.171)			
Receitas de prestação de serviços (nota 16) Rendas de tarifas bancárias	890	2.588	9.578			
(nota 16)	5.780	12.360	7.348			
Despesas de pessoal (nota 16)	(1.313)	(3.724)	(2.882)			
Outras despesas administrativas	(/	,	` ′			
(nota 16)	(35.229)		(43.090)			
Despesas tributárias (nota 16) Outras receitas operacionais	(1.043)	(2.305)	(2.577)			
(nota 16)	9.734	14.702	15.532			
Outras despesas operacionais (nota 16)	(5.147)		(19.080)			
Resultado operacional	(36.692)	(61.339)	11.967			
Resultado não operacional Resultado antes da tributação	944	604	1.686			
sobre o lucro e participações Imposto de renda e contribuição	(35.748)	(60.735)	_13.653			
imposto de renda e contribuição		(0.48)				

(0,43)(0,73)As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e outro aporte no montante de R\$ 13,3 milhões em junho/2012, além disso, verificou-se uma redução da exposição ao risco de além disso, verificou-se uma redução da exposição ao risco de crédito, que levou o PRE dos atuais 47,7 milhões para 41,5 milhões

credito, que levou o PRE dos atuais 4/,/ milnoes para 41,5 milnoes em 30 de maio de 2012.

De todo modo, ao fim e ao cabo, resta demonstrado o comprometimento dos acionistas da Instituição de manter a estrutura operacional adequada aos procedimentos regulamentares, se comprometendo em disponibilizar através de capital o montante necessário para manutenção da operação.

2 Apresentação das demonstrações financeiras As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das direttrizes contabeis emanadas da Lei nº 0.404/19/6 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável. A Demonstração dos Fluxos de Caixa para o referido período, a

A Demonstração dos Fluxos de Caixa para o referido período, a qual, para fins de concentrar no fluxo operacional toda a atividade de intermediação financeira, as variações quanto às captações de recursos em depósitos foram transferidas da atividade de financiamento para a atividade operacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comité de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Neste sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil, são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de Ativos - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa - Resolução nº 3.730/09 - Divulgação sobre Partes relacionadas - Resolução nº 3.730/09 - Divulgação sobre Partes relacionadas - Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente

Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações.

Principais critérios contábeis adotados

Resolução nº 3.989/11 - Evento subsequente
Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações.
3 Principais critérios contábeis adotados

a. Receitas e despesas
As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.
b. Caixa e equivalentes de caixa
Conforme Resolução nº 3.604/2008 do Conselho Monetário Nacional, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco cinsignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.
c. Aplicações interfinanceiras
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
d. Títulos e valores mobiliários
A Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
i. Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados en ão realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultado.
ii. Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do património líquido "Ájuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda" até a sua realização

	•
1	Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
-	Semestre/exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
l	(Em milhares de Reais)

	Semestre		
	findo em 31/12/2011	2011	2010
Fluxo de caixa proveniente das	31/12/2011		
operações			
Prejuízo/lucro líquido do			
semestre/exrcícios	. (20.562)	(34.916)	10.090
Ajustes do resultado do semestre/			
exercício com recursos			
provenientes de atividade operacionais:			
Depreciação e amortização	. 488	1.020	902
Provisão para devedores			
duvidosos	. 62.878	105.393	40.289
TVM - Ajuste a valor de	4.500	4 617	(000
mercado s/ ações	. 4.509	4.617	(990)
Provisão (reversão) para créditos cedidos com coobrigações	. (2.256)	(2.227)	806
Resultados com instrumentos	. (2.250)	(2.227)	000
derivativos (swap)	. (12)	(51)	(1.666)
Provisão para perda na baixa de			
oper.crédito consignado -	242	201	1.045
Convênio Provisão para impostos e	. 242	281	1.045
contribuições diferidos	. (1.630)	(1.539)	1.160
Provisão para passivos	. (1.050)	(1.55)	1.100
contingentes	. 626	1.765	-
Provisão para perdas em outros			
valores e bens		1.191	(0.204
Provisão para créditos tributários	. <u>(10.875)</u> 33.408	(24.594) 50.940	<u>(9.284</u> 42.352
Redução (aumento) nos ativos:	33.406	30.540	42.332
Aplicações interfinanceiras de			
liquidez	. 30	(44)	(1.184)
Titulos e valores mobiliários	. (9.758)	(23.216)	(2.860)
Operações de crédito	. 38.252	6.522	(124.295)
Outros créditos	. (2.479) . 6.793	(7.291) 4.456	(6.378)
Outros valores e bens Relações interfinanceiras e	. 0.793	4.430	(5.089)
interdependência	. 293	117	269
· · · · · ·	33.131	(19.456)	(139.537
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos		(6.474)	90.005
Operações compromissad		(2)	(1.000)
Relações interfinanceiras Outras obrigações		(24.249)	18.383
Variação nas receitas antecipadas.		(92)	(148
	(67.001)	(30.817)	107.243
Recursos líquidos provenientes das			40.050
atividades operacionais	. (462)	667	10.058
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Alienação (aquisição) imobilizado			
de uso	. 8	(14)	(181)
Alienação (aquisição) no intangível	(14)	(183)	(1.616)
Fluxo de caixa proveniente das			
atividades de financiamentos Juros sobre o capital próprio			
creditados	. (2.546)	(4.946)	(4.380)
Movimentação de ativos		150	(7.602
Aumento de capital		4.204	3.732
Recursos líquidos provenientes das	(0.00)	(#0.0)	(0.000)
atividades de financiamentos	. (232)	(592)	(8.250)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	. (700)	(122)	11
Caixa e equivalentes de caixa no		(122)	
início do semestre/exercícios	. 1.359	781	770
Caixa e equivalentes de caixa no			
fim do semestre/exercícios	659_	659_	781
Aumento (redução) no caixa e	. (700)	(122)	11
equivalentes		(122)	
As notas explicativas são demonstrações	o parte integ	grante das	
demonstrações	mancenas	•	

por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários quando aplicável.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

e. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos suferidos, em base pro rata die, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.

f. Outros valores e bens - Despesas antecipadas

A apropriação das parcelas de despesas com comissão sobre operações de créditos está de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é

Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é
calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas
anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema
de comunicação - 10%, e sistema de processamento de dados
- 20%.

- 20%. Conforme Resolução nº 3.566/2008 do Conselho Monetário Nacional, o saldo do Imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos neste sentido, entende a Administração que não erão necessários ajustes aos valores apresentados

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto refere-se a bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou m essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642/2008 do Conselho Monetário Nacional. Está composto por direitos na aquisição de softwares, amortizados pelo prazo

por direitos na aquisição de softwares, amortizados pelo prazo pertinente.

Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, bem como, aderente aos critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/2009, a saber:

• Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Sennores Actonistas, Cumprindo determinações legal e estatutária, apresentamos as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. O Banco Semear encerra o exercício de 2011 apresentando um resultado negativo de R\$ 34,916 milhões (resultado positivo de R\$

Balanços patrimoniais em 31 de dezembr ATIVO 2011 333.603 781 2.795 21.192 21.146 18.005 16.849 Carteira própriaInstrumentos financeiros derivativos (nota 7) 1.156 Relações interfinanceiras 227.937 306.305 262.265 292.242 (29.977) 22.035 11.465 (78.368) 21.456 22.973 131.665 133.779 (2.114) 20.007 14.702 4 831 Permanente obilizado de uso ... Intangível Total do ativo $\frac{908}{478.053}$ $\frac{1.687}{546.929}$

o de 2011 e 2010 - (Em milhares de Reais)		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
Passivo circulante	136.400	161.935
Depósitos: (nota 12)	108.969	109.988
Depósitos à vista	4.768	8.203
Depósitos interfinanceiros	8.702	8.523
Depósitos a prazo	95.459	93.107
Outros depósitos	40	155
Relações interfinanceiras	-	3
Outras obrigações (nota 13)	27.431	51.944
Não circulante	294.871	302.554
Depósitos: (nota 12)	285.811	291.266
Depósitos a prazo	285.811	291.266
Outras obrigações (nota 13)	8.817	10.952
Receitas antecipadas	243	336
Patrimônio líquido	46.782	82.440
Capital social - De domiciliado no país		
(nota 14)	51.596	47.392
Reserva de lucros	-	35.048
Reserva legal	_	3.974
Reserva de retenção de lucros	-	31.074
Prejuízos acumulados	(4.814)	-

Total do passivo e do patrimônio líquido .. 478.053 546 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

onstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre/exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (Em milhares de Reais)							
			Reservas de Lucro	Lucros /	_		
	Capital Realizado	Reserva Legal	Reservas de Retenção de lucro	Prejuízos Acumulados	Total		
Saldos em 31/12/2009	43.660	3.469	33.471	-	80.600		
Aumento de capital	3.732	-	-	-	3.732		
Outros eventos:				(7, (02)	(7.602)		
Ajuste de exercício anterior	-	-	(7.602)	(7.602) 7.602	(7.602)		
Lucro do exercício	-	-	(7.002)	10.090	10.090		
Destinações:				10.070	10.070		
Constituição de reserva de lucros	-	504	-	(504)	-		
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.380)	(4.380)		
Reclassificação para reserva de retenção de lucros			5.206	(5.206)			
Saldos em 31/12/2010	47.392	3.973	31.075	-	82.440		
Saldos em 31/12/2010	47.392	3,973	31.075	_	82,440		
Aumento de capital	4.204	-	-	-	4.204		
Outros eventos:					-		
Reversão da reserva de lucros	-	(3.973)	(31.075)	35.048			
Prejuízo do exercício	-	-	-	(34.916)	(34.916)		
Destinações: Juros sobre o capital próprio				(4.946)	(4.946)		
Julos sobre o capital proprio				(4.540)	(4.540)		
Saldos em 31/12/2011	51.596	-	-	(4.814)	46.782		
Saldos em 30/06/2011	49,432	3.973	14.321	_	67.726		
Aumento de capital	2.164	-		-	2.164		
Outros eventos:							
Reversão da reserva de lucros	-	(3.973)	(14.321)	18.294			
Prejuízo do semestre	=	=	=	(20.562)	(20.562)		
Destinações: Juros sobre o capital próprio	_	_	-	(2.546)	(2.546)		
* * *							
Saldos em 31/12/2011	51.596	:		(4.814)	46.782		
As notas explicativas sã	io parte integr	rante das demonstr	ações financeiras.				

1 Contexto operacional A Instituição iniciou suas atividades em 2 de outubro de 1995,

A institutado inches de advinados en 2 de outubro de 1795, sendo posteriormente adquirida pelos acionistas do Grupo Seculus, cuja homologação da transferência do controle societário ocorreu em 1º de fevereiro de 2006.

sendo posteriorimente adquintas petos acionistas du Orippo Sectinas, cuja homologação da transferência do controle societário ocorreu em 1º de fevereiro de 2006. Está autorizada a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Atua focada em produtos de crédito, ofertando para pessoas físicas especialmente, crédito direto ao consumidor (CDC), bem como, crédito consignado em folha de pagamento de entidades públicas e privadas, além de crédito pessoal. Para pessoas jurídicas, concentra-se nos segmentos de pequenas e médias empresas, operando nas modalidades de capital de giro, desconto de recebíveis e fiança bancária.

Por sua vez, capta recursos através de títulos de renda fixa, notadamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Depósitos com Garantia Especial - FGC (DPGE), garantindo rentabilidade, segurança e liquidez, bem como através de operações estruturadas com instituições financeiras, mediante cessões de créditos financeiros.

Em 30 de dezembro de 2011, a Administração do Banco Semear, através do Ofício 097/2011-BCB/Desup/GTBHO/Cosup-03, o qual, posteriormente incorporado ao Termo de Comparecimento DESUP/GTBHO/COSUP-03-2012/3, de 4 de janeiro de 2012, tomo u ciência da determinação de medidas prudenciais preventivas, com base na Resolução nº 4,019, de 29 de setembro de 2011, em face, especialmente, da deficiência de capital regulamentar apresentada pela Instituição no curso do 2º semestre de 2011, inclusive quando do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Todavia, e independentemente do atendimento ao Termo de Comparecimento lavrado pelo Banco Central, a Diretoria

Todavia, e independentemente do atendimento ao Termo de Comparecimento layrado pelo Banco Central, a Diretoria Comparecimento taviado pero Banco Central, a Difetoria Executiva do Banco Semear, em conjunto com o Conselho de Administração, já vinha discutindo o reposicionamento estratégico da Instituição, vis a vis a nova realidade de custos (necessidade de alocação de capital e custo de captação dos bancos de pequeno e médio porte, p.ex.) e a adequação de seu cora hucines

core business.

Para auxiliar neste processo de reposicionamento o Conselho de Administração da Instituição contratou consultoria específica

para auxiliar a gestão do Banco neste trabalho e o resultado apresentado levou em consideração os seguintes aspectos mercadológicos encontrados:

a. Cenário de deterioração e concorrência no setor financeiro
b. Instabilidade regulamentar do setor
c. Elevada perda patrimonial decorrente de fatores exógenos

a. Cenário de deterioração e concorrência no setor financeiro
b. Instabilidade regulamentar do setor
c. Elevada perda patrimonial decorrente de fatores exógenos
d. Posicionamento do Banco Semear dentro do Grupo Seculus.
Importante ressaltar ainda que outras medidas já haviam sido
tomadas no curso do 2º semestre de 2011 objetivando a
readequação dos níveis operacionais da Instituição, diante da
realidade patrimonial que então emergiu:
a. Encerramento das operações de crédito consignado, que
adicionalmente passaram a exigir maior alocação de capital
b. Cessão sem coobrigação de parte da carteira de crédito
consignado, no montante de R\$ 49,1 milhões, que permitiu a
redução dos ativos detidos na carteira e a geração de resultado
de R\$ 9,5 milhões, conforme divulgado na nota explicativa nº
8.e.1 - Cessão de Créditos - Com Instituiçãos Financeiras.
c. Encerramento das operações de trading realizadas na
tesouraria, cujas exposições necessitam de alocação de capital
pela parcela "Pacs".
Além destas ações, a Instituição vem imprimindo uma série
de medidas de curto prazo, buscando manter a estrutura
operacional em condições adequadas, na observância dos
seguintes fatores:
a. Aumento do rigor na concessão de crédito varejo.
b. Redução do apetite na concessão de operações de crédito PJ
c. Manutenção do caixa livre da Instituição em níveis superiores
aos julgados necessários nas políticas de liquidez.
Neste sentido, foi elaborado um plano operacional que será
necessário para aumentar o capital da Instituição, trazendo os
números patrimoniais ajustados ao risco das operações. Assim,
foram aprovados pelo Conselho de Administração aportes de
capital no montante de R\$ 28,3 milhões, seguindo um rito de
necessidade temporal de recursos, ou seja, o aporte será na
medida da necessidade de enquadramento da Instituição,
mantendo sempre o índice de Basileia acima dos patamers
regulamentares.
Referido enquadramento operacional foi viabilizado em
março/2012 com aporte de capital no valor de R\$ 15 milhões



4 Disponibilidades Sua composição pode ser assim sintetizada:

por: Aplicações interfinanceiras de liquidez

Posição ativa:
Certificados de Depósitos Interfinanceiros CDI
Posição passiva:
Certificados de Depósitos Interfinanceiros CDI - (nota 12)

Aplicações interfinanceiras de liquidez
O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto

Nos termos da Resolução nº 3.263/2005. do Conselho Monetário Nacional, a Instituição mantém acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posições no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, podem ser assim sumariadas:

Aplicações no Mercado Aberto	35.625
Aplicações no Mercado Aberto	35.625
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.017
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.608
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros: Certificados de Depósitos	
Certificados de Depósitos	2.795
Total	38.420

Reservas livres .

BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Rua Paraíba, 330 - 22º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

2011

 $\begin{array}{rr} 2.795 & 2.752 \\ \hline 38.420 & 39.212 \end{array}$

2.867

2010

• Passivos contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações posas ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

mensuração de forma adequada, apesar da inicetieza inferencia parace valor.

j. Provisão para imposto de renda e contribuição social É calculada com base no resultado contábil ajustado do período, sendo os efeitos do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social contabilizados como imposto de renda diferido no ativo.

k Provisões de férias e décimo terceiro salário. As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.

l. Outros passivos circulantes e não circulantes. São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base pro rata die, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

PIU	ruiu	uic,	deduzidos	
apro	priar			

6 Títulos e valores mobiliários Títulos e valores mobiliários

São representados, essencialmente, por Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN e Certificados de Depósitos

Bancários - CDB. Em função do enquadramento da Instituição à Circular nº 3.068/2001, as LFTs e as LTNs são classificadas como "Títulos
disponíveis para negociação", sendo o ajuste a valor de mercado reconhecido na demonstração do resultado. Por sua vez, os CDBs estão
classificados como "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

Titulos de renda fixa	2011	2010
Carteira própria - Livres:	59.214	38.773
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	24.471	21.923
Letras do Tesouro Nacional - LTN	19.055	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.114	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.574	4.544
Títulos de Renda Variável	-	4.331
Cotas de Fundos de Investimentos	-	7.975
Vinculados à Prestação de Garantias:	1.135	1.016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.135	1.016
Instrumentos financeiros derivativos:	46	1.189
Operações de swap	46	1.189
Tôtal	60.395	40.978
Classificação por tipo de papel e vencimentos:		
	Volor do	Creto do

:	Sem	até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	mercado/	aguisição
Papel .	vencimentos	meses	meses	anos	anos	anos	contábil	atualizado
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.531	10.041	6.899			24.471	24.471
Letras do tesouro Nacional	-	-	-	-	19.055	-	19.055	19.055
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	12.114	12.114	12.114
Certificados de Depósitos Bancários	-	3.574	-	-	-	-	3.574	3.574
Total em 31/12/2011		11.105	10.041	6.899	19.055	12.114	59.214	59.214
Total em 31/12/2010	4.332	12.518		15.743	6.180	=	38.773	38.773

Instrumentos financeiros e derivativos

Instrumentos financeiros e derivativos
As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram a divulgação em nota explicativa às demonstrações contábeis do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.
As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários são mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão representados por títulos públicos federais (93,51%), por certificados de depósitos bancários - CDBs (3,62%) e certificados de depósitos interfinanceiros - CDIs (2,83%), e ainda, por operações de SWAP (0,04%).
Os valores contábeis dos ativos financeiros da Instituição estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

a. Derivativos

O Banco Semear realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, com destaque para a modalidade de Swap de taxas (Prefixado x CDI), que tem o objetivo de

atenuar o risco de descasamento de taxas de parte do fluxo de caixa originado por operações de cessão de créditos com coobrigação realizadas com instituições financeiras não ligadas. Tais operações encontram-se registradas na CETIP S.A.-Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sem margem de

Grantia.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos é parte integrante das Receitas de Intermediação Financeira e pode ser sumariado na forma seguinte:

2º

Operações com Derivativos	semestre/ 2011	2011	2010
Mercado Futuro	(713)	(625)	(46)
Mercado Futuro - DI	(713)	(713)	
Mercado Futuro - Dólar	12	12	-
Mercado Futuro - Índice			
Bovespa	(12)	76	(46)
Mercado Opções - Ações	13	75	33
Swap - CDI x Pré	12	52	1.666
Total	(688)	(498)	1.653

Por sua vez, os valores dos instrumentos financeiros derivativos podem ser assim consolidados: 2011

Descrição	Valor de referência	Valor pela curva	Ganhos não realizados	Valor de referência	Valor pela curva	Ganhos não realizados
Até 180 dias	606	560	46	14.137	12.981	1.156
Acima de 360 dias				535	502	33
	606	560	46	14.672	13.483	1.189
		Circulante	46		Circulante	1.156
					Não circulante	33

Operações de crédito

Operações de crédito se concentram em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

a.	Classif	ficação	por	risco	de	crédito
Ní	veis	%				20

Níveis	°% *		2011		2010
de Risco	Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	-	-	-	25.862	-
Α	0,5%	208.227	(1.041)	314.346	(1.571)
В	1%	25.123	(251)	22.082	(221)
C	3%	22.595	(678)	20.042	(601)
D	10%	16.016	(1.602)	6.000	(600)
E	30%	9.065	(2.720)	6.980	(2.094)
F	50%	8.730	(4.364)	4.534	(2.267)
G	70%	9.821	(6.875)	4.792	(3.354)
H (i)	100%	70.678	(70.678)	21.383	(21.383)
Totais		370.255	(88.209)	426.021	(32.091)
Pro	visão Ac	licional (ii)	(31)		
			(88.240)		
Circulant	e	306.305	(78.368)	292.242	(29.977)
Não Circ	ulante	63.950	(9.872)	133.779	(2.114)

- (i) Encontra-se classificada no nível de risco "H", a totalidade dos créditos adquiridos do Banco Morada S.A., em liquidação extrajudicial, conforme divulgado na nota explicativa nº 20,"I' Outras Informações.
- (ii) Provisão adicional constituída para fazer face a eventual
- (ii) Provisão adicional constituída para fazer face a eventual perda no recebimento de operações de crédito de risco consolidado com operações de crédito cedidas sem coobrigação à empresa ligada, não integrante do SFN.

 A Instituição se utiliza da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando às operações de crédito com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do artigo retromencionado, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco.

		2011		2010
Atividade		%		%
econômica	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Intermediários				
financeiros	14.328	4%	50.190	11%
Indústria	-	0%	3.875	1%
Comércio	5.185	1%	7.229	2%
Serviços	73.817	20%	127.920	30%
Pessoa física	276.925	75%	_236.807	56%
Totais	370.255	100%	426.021	100%
c. Classificação po	r produto			
	_	2011		2010

b. Classificação por atividade econômica

Pessoa física Totais	276.925 370.255	75% 100%	<u>236.807</u> <u>426.021</u>	<u>56%</u> 100%
c. Classificação por	r produto			
, .	•	2011		2010
	-	%		%
Produtos	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Capital de giro	75.386	20%	142.948	33%
Conta garantida	2.012	1%	2.896	1%
Títulos descontados	-	0%	1.468	0%
Crédito pessoal	113.626	31%	199.260	47%
Crédito direto ao				
consumidor	179.231	48%	79.449	19%
Totais	370.255	100%	426.021	100%

Titulos descontados	_	0 /0	1.400	0 /0
Crédito pessoal	113.626	31%	199.260	47%
Crédito direto ao				
consumidor	179.231	48%	79.449	19%
Totais	370.255	100%	426.021	100%
d. Classificação po	r prazo			
		2011		2010
Prazos de		%		%
vencimento	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Vencidas	80.650	22%	33.867	8%
A vencer até 30				
dias	43.726	12%	49.942	12%
A vencer de 31 a				
60 dias	41.532	11%	55.087	13%
A vencer de 61 a				
90 dias	27.888	7%	27.649	6%
A vencer de 91 a				
180 dias	58.295	16%	58.960	14%
A vencer de 181				
a 360 dias	54.214	15%	66.737	16%

<u>63.950</u> <u>17%</u> <u>133.779</u> <u>370.255</u> <u>100%</u> <u>426.021</u>

A vencer após 360 dias

Totais

e. Cessões de crédito
O Banco Semear, de acordo com a Resolução nº 3.895/2010, do
Conselho Monetário Nacional, que tornou facultativa e adiou o
prazo para a adoção pelas instituições reguladas pelo Banco
Central do Brasil até lº de janeiro de 2012, quando a adoção dos
procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação
de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros
de que trata a Resolução nº 3.533/2008, do Conselho Monetário
Nacional, será obrigatória, optou por manter, para fins de
comparabilidade, os procedimentos de contabilização das suas
operações de cessão de crédito realizadas com outras instituições
financeiras de acordo com a Circular nº 3.213/2003 do Banco
Central do Brasil, adotadas uniformemente até 31 de dezembro
de 2011.

e.1 Com instituicões financeiras

e.1 Com instituições financeiras
Neste exercício, foram realizadas cessões de créditos, com
coobrigação, com instituições financeiras não ligadas,
integrantes do SFN, no montante de R\$ 128.759 mil (R\$
137.432 mil em 2010). Foram apurados lucros nas referidas
operações no montante de R\$ 24.177 mil (R\$ 29.414 mil em
2010), os quais são parte integrante do Resultado de Operações
de Crédito. Os contratos objeto das cessões realizadas
referem-se a créditos direto ao consumidor - CDC.
A composição das cessões de créditos pode ser sumariada da
forma seguinte:

forma seguinte:	Valor	Valor	
Cessões de crédito:	da cessão	presente	Resultado
Instit. financ. integrantes			
do SFN - Não ligadas			
Com coobrigação -			
Crédito direto ao			
consumidor (CDC)	70.074	55.444	14.630
Sem coobrigação -			
Crédito consignado	58.685	49.138	9.547
Total em 2011	128.759	104.582	24.177
Total no 2º semestre/2011	58.685	49.138	9.547
Total em 2010	137.432	108.018	29.414
E 21 1 1 1 20	11 11	1 .	11.1

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos contratos cedidos com coobrigação apresenta o montante de R\$ 66.776 mil (R\$ 179.671 mil em 2010), sendo que encontra-se constituído o saldo de R\$ 12.144 mil (R\$ 14.371 mil em 2010) destinado ao aldo de R\$ 12.144 mil (R\$ 14.371 mil em 2010) destinado ao provisionamento complementar para riscos de perda nas operações de crédito cedidas com coobrigação, em conformidade com critérios internos e definições da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, conforme divulgado na nota explicativa nº 13 (Outras Obrigações) sob a rubrica de "Provisão para passivos contingentes". e.2 Com instituições não financeiras
Neste exercício, também foram realizadas cessões de créditos, sem coobrigação, com empresa ligada e não integrante do SFN (Serra da Moeda Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.), de acordo com os seus respectivos registros contábeis no montante de R\$ 200 mil (R\$ 1.11 mil em 2010), sendo apurado um prejuízo na operação de R\$ 12.131 mil (R\$ 24.471 mil em 2010), o qual é parte integrante do Resultado do Operações de Crédito. Os contratos objeto da cessão de crédito realizada referem-se a créditos direto ao consumidor (CDC) e por empréstimos pessoais (EP), substancialmente classificados nos níveis de risco "H".

A composição das mencionadas cessões de créditos pode ser assim sumariada:

assim sumariada: Cessões de crédito (sem coobrigação):	Valor da cessão		Resultado
Empresa ligada não integrante do SFN			
Sem Coobrigação -	200	12 221	(10.101)
CDC/EP - Risco "H" Total em 2011	200	12.331 12.331	(12.131) (12.131)
Total no 2º semestre/2011			
Total em 2010	1.111	25.582	(24.471)

captação de recursos na modalidade de Depositos a Prazo.

Créditos tributários

Desde 2006, a Administração reconhece créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social, cujos montantes encontram-se devidamente registrados na escrituração fiscal da Instituição.

Ressalta-se que os mencionados créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 3.355, de 31 de setembro de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional e encontram-se registrados na rubrica Outros Nacional, e encontram-se registrados na rubrica Outros Créditos, conforme nota explicativa nº 10 (Outros Créditos), podendo ser demonstrados sinteticamente na forma seguinte:

Contri-

Itens base do diferimento	Imposto de renda - PJ	buição social sobre o lucro	de créditos tribu- tários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito	40# 440		
liquidação duvidosa	105.418	105.418	
Provisão para créditos	1.576	1.576	
baixados - C/C convênios	1.576	1.576	
Provisão para créditos	12.144	12.144	
cedidos com coobrigação Provisão p/desvalorização -	12.144	12.144	
Outros Vlrs e bens	1.193	1.193	
Provisão sob ações cíveis	1.419	1.419	
Provisão sob processos	1.41)	1.41)	
trabalhistas	344	344	
Provisão para PIS em			
processo judicial	3.421	-	
Base de cálculo	125.515	122.094	
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido			
atual	_31.379	18.313	49.693
Constituição acumulada	69.132	36.584	105.717
Realização acumulada	(37.753)	(18.271)	(56.024)
Ajuste no exercício	15.459	9.135	24.594
Constituição	32.189	19.173	51.362
Realização	(16.730)	(10.038)	(26.768)
Ajuste no 2º semestre/2011	6.840	4.035	_10.875
Total de ajuste 2011	$_{-15.459}$	9.135	_24.594
Total de ajuste 2010	6.045	3.239	9.284
Total geral em 2011	31.379	18.313	49.693
Total geral em 2010	_15.920	9.178	25.098
N	Circula ão Circula		3 // 16.248 30 // 8.850

A expectativa de realização dos créditos tributários constituído A expeciativa de realização dos creditos indutarios constitutados está prevista para um horizonte de tempo de longo prazo, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pela Instituição e amparada em Orçamento Contábil preparado para o período de 5 (cinco) anos, conforme abaixo demonstrado:

2011 2010

		2011		2010
Realização do crédito tributário	Imposto de renda	Contri- buição social	Imposto de renda	Contri- buição social
1o. Ano	18.602	11.161	10.306	5.941
2o. Ano	2.432	1.459	95	55
3o. Ano	5.744	3.447	5.143	2.965
4o. Ano	429	257	96	55
50. Ano	4.172	1.990	280	162
Totais	31.379	18.314	15.920	9.178

10 Outros créditos

O saldo do grupamento "Outros Créditos",	no Circul	ante e no
Não Circulante, está composto por:		
Ativo circulante	2011	2010
Rendas a receber	91	47
Devedores conta liquidação pendentes	92	-
Diversos	41.539	23.420
Adiantamentos diversos e antecipações		
salariais	378	648
Créditos tributários - IRPJ e CSSL -		
nota (a)	29.763	16.248
Impostos e contribuições a compensar	2.813	143
Opções por incentivos fiscais	70	69
Devedores diversos - País	8.515	6.312
Provisão para perdas em outros créditos	(1.646)	(1.432)
Total	40.076	22.035
Ativo não circulante (realizável a longo		
Ativo não circulante (realizável a longo prazo)	2011	2010
	2011	2010 127
prazo) Rendas a receber		
prazo)		127
prazo) Rendas a receber Diversos	33.240	127 19.880
prazo) Rendas a receber	33.240	127 19.880 1.313
prazo) Rendas a receber	33.240 127 19.930 2.358	127 19.880 1.313 8.850 18
prazo) Rendas a receber	33.240 127 19.930 2.358	127 19.880 1.313 8.850 18 9.699
prazo) Rendas a receber	33.240 127 19.930 2.358 10.825	127 19.880 1.313 8.850 18
prazo) Rendas a receber	33.240 127 19.930 2.358 10.825 107 205	127 19.880 1.313 8.850 18 9.699 107
prazo) Rendas a receber Diversos Adiantamentos diversos Créditos tributários - IRPJ e CSSL - nota (a) Devedores diversos - País Devedores por depósito em garantia: Imposto de renda Contribuição social COFINS (b)	33.240 127 19.930 2.358 10.825 107 205 4.714	127 19.880 1.313 8.850 18 9.699 107 205
prazo) Rendas a receber	33.240 127 19.930 2.358 10.825 107 205 4.714 3.362	127 19.880 1.313 8.850 18 9.699 107 205 4.429
prazo) Rendas a receber Diversos Adiantamentos diversos Créditos tributários - IRPJ e CSSL - nota (a) Devedores diversos - País Devedores por depósito em garantia: Imposto de renda Contribuição social COFINS (b) PIS (b) Recursos trabalhistas (c)	33.240 127 19.930 2.358 10.825 107 205 4.714 3.362 2.411	127 19.880 1.313 8.850 18 9.699 107 205 4.429 2.365
prazo) Rendas a receber	33.240 127 19.930 2.358 10.825 107 205 4.714 3.362 2.411 26	127 19.880 1.313 8.850 18 9.699 107 205 4.429 2.365 2.445

ris, cujo momante em 31 de dezembro de 2011 equivale a RS 3.362 mil (RS 2.365 mil em 2010).

(c) A Instituição possui processos trabalhistas, principalmente originados na gestão anterior à aquisição do controle societário da Instituição pelos acionistas do Grupo Seculus, no montante de RS 2.387 mil, integralmente suportado por depósitos judiciaris, cujo valor está garantido por Instrumento Particular de Constituição de Fiança, formalizado por seus acionistas controladores, os quais reconhecem e se declaram como principais pagadores da obrigação quando de seu trânsito em julgado. Em decorrência dos antigos acionistas de ressarcirem os atuais acionistas fiadores na forma ajustada no instrumento particular de compra e venda de ações da Instituição, decidiu a Administração pelo não provisionamento do referido valor. A composição da rubrica de "Devedores Diversos - País" pode ser sumariada da seguinte forma:

Ativo circulante

Devedores diversos - País

Ativo circulante	2011	2010
Devedores diversos - País		
Baixas em operações de crédito a processar	3.115	2.963
Baixas em operações de crédito - C/C		
Convênios	-	9:
Baixas em operações de crédito - Confissão		
de Dívida - CDCI	2.224	
Garantia de operações de crédito a		
formalizar	1.685	1.799
Pendências na formalização de operações		
de crédito	1.337	958
Conta Gráfica - Alienação Participação		
RS CFI	108	180
Outros devedores diversos		32:
Total	8.515	6.312
Ativo realizável a longo prazo	2011	2010
Devedores diversos - País		
Contingências judiciais reembolsáveis	2.358	18
Total	2.358	18
utros valores e bens		
caldo do grupomento "Outros Valoros a Pons"	no Cir	

Total	2.358	18
Outros valores e bens		
O saldo do grupamento "Outros Valores e Be	ens", no C	irculante
e no Não Circulante, encontra-se representa	do por:	
Ativo circulante	2011	2010
Bens não de uso próprio	5.427	2.183
Material em estoque	22	31
Provisão p/desvalorização outros valores		
e bens	(1.191)	-
Despesas antecipadas		9.251
Comissões sobre operações de crédito	11.345	9.230
Outras despesas antecipadas	87	21
Total	<u> 15.690</u>	11.465
Ativo realizável a longo prazo	2011	2010
Despesas antecipadas	4.831	14.702
Comissões sobre operações de crédito	4.831	14.702
		2/4



BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Rua Paraíba, 330 - 22º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

Notas explicativas às demonstrações financeiras - $(Em\ milhares\ de\ Reais)$

12 Depósitos O saldo da conta de Depósitos, no Circulante e no Não Circulante

O saldo da conta de Depositos, no Circulante	e no mao c	irculante,
encontra-se representado por:		
Depósitos à vista	2011	2010
De pessoas ligadas	2.343	2.371
De pessoas físicas	98	136
De pessoas jurídicas	1.923	4.835
Depósitos vinculados	404	861
Total - Circulante	4.768	8.203
Depósitos interfinanceiros	2011	2010
De instituições financeiras - Não ligadas	8.702	8.523
Sem garantia, sem acordo de		
compensação	5.835	5.713
Sem garantia, com acordo de		
compensação (nota 5)	2.867	2.810
Total - Circulante	8.702	8.523
Depósitos a prazo	2011	2010
Com certificado	217.676	253.887
De pessoas ligadas	60.271	72.439
De pessoas físicas	71.514	71.477
De pessoas jurídicas	67.929	68.116
De institucionais	17.962	41.855
Sem garantia	4.029	18.243
Com garantia de operações de crédito		
consignado (i)	13.933	23.612
Sem certificado - Com garantia		
especial FGC	163.594	130.486
De pessoas físicas	2.345	9.135
De pessoas jurídicas	86.450	60.648
De institucionais	74.799	60.703
Total	381.270	384.373
Circulante	95.459	93.107
Não circulante	285.811	291.266
Outros depósitos	2011	2010
Depósitos para investimentos	40	155
Total - Circulante	40	155
0		

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 68% da carteira por vencimentos acima de 360 dias, cujo fluxo é compatível com os vencimentos das

O Banco Semear S.A. possui captação de recursos estruturada com garantia de operações próprias de crédito consignado em folha de pagamento formalizada através de Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, no seguinte modelo:

(j)Mediante emissão de Depósitos a Prazo, na modalidade de Cestificado da Depósitos (considerado Depósitos de Posta de de Posta

Certificados de Depósitos Bancários - CDB, decorrente da Certificados de Depósitos Bancários - CDB, decorrente da habilitação do Banco Semear S.A. ao Programa para Aplicação de Recursos do FGC - Fundo Garantidor de Créditos, com limite aprovado de R\$ 37.893 mil, sendo utilizado o montante de R\$ 13.933 mil (R\$ 23.612 mil em 2010), com fluxo de realização vincendo em 42 (quarenta e dois) meses, com exigência de garantia mínima de 120%, conforme garantias mencionadas na nota explicativa nº. 8 "f" (Outras informações de operações de

13 Outras obrigações

O saldo do grupamento "Outras Obrigações", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

ivao Circulante, esta composto por.		
Passivo circulante	2011	2010
Cobrança e arrecadação de tributos	174	224
Sociais e estatutárias	-	3.723
Fiscais e previdenciárias	921	6.721
Diversos	26.336	41.276
Cheque administrativo	20	1.758
Provisão para pagamentos a efetuar	198	317
Provisão para passivos contingentes	11.858	9.848
Credores diversos – País	14.260	29.353
Total	27.431	51.944
Passivo não circulante (exigível a longo		
prazo)	2011	2010
Fiscais e previdenciárias	4.410	5.021
Diversos	4.407	5.931
Provisão para passivos contingentes	4.407	4.523
Credores diversos - País	-	1.408
Total	8.817	10.952
A rubrica de "Fiscais e Previdenciárias" pod	le ser sinte	eticamente

demonstrada na forma seguinte: Fiscais e previdenciárias - Passivo

2011

5.331

11.742

circulante

mp. e contribuições sobre lucros-base

corrente	86	5.344
Impostos e contribuições a recolher	835	1.377
	921	6.721
Fiscais e previdenciárias - Passivo não		
circulante (exigível a longo prazo)	2011	2010
Provisão para impostos e contribuições		
diferidos	854	2.392
Provisão para riscos fiscais (a)	3.556	2.629
*	4.410	5.021

(a) Em 6 de julho de 2010, a Instituição foi notificada pela Receita Federal do Brasil acerca do Auto de Infração da COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. correspondente ao período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009. Entretanto, referido Auto de Infração foi tempestivamente impugnado no dia 4 de agosto de 2010, em face de estar eivado por nulidade, diante da sentença transitada

mi julgado exatamente nos termos pedidos pela Instituição no Mandado de Segurança - processo nº 1999.38.00.009554-7. Referido processo administrativo, registrado sob o nº 15504.011564/2010-54, foi julgado pela 1º Turma da DRI/BHE na Sessão do dia 18/10/2010 sob o Acórdão 29041/10, cuja decisão julgou procedente em parte o lançamento do Auto de Infração, a qual, intimada em 21/03/2011. Da referida decisão, por sua vez, o Banco Semear S.A. interpôs, tempestivamente, recurso junto ao CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, situação a qual, encontra-se atualmente aguardando

Importante considerar que a Instituição adota critérios conservadores quanto às estimativas e avaliações de contingências fiscais e, com base em informações de seus assessores jurídicos, de forma que considera remotos os riscos de eventuais perdas com o referido Auto de Infração, mantendo acompanhamento constante de sua defesa.

acompanhamento constante de sua defesa.
Ainda que remotos os riscos de perda no referido Auto de Infração, pelas razões retro mencionadas, na hipótese absurda de um eventual insucesso da demanda, seus efeitos no Patrimônio da Instituição na data de encerramento do exercício de 2011, representariam um montante de R\$ 28,134 milhões (R\$ 16,880 milhões líquidos dos efeitos tributários), bem como, pela conversão em rendas da

União do saldo de depósito judicial da COFINS demonstrado pela letra "b" da nota explicativa nº 10 - Outros Créditos. Registra-se, por sua vez, que o montante do referido provisionamento está representado, substancialmente, pela provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o PIS - Programa de Integração Social, nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - processo nº. 2006.38.00.012373-8 pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante em 31 de dezembro de 2011 equivale a R\$ 3.421 mil (R\$ 2.495 mil em 2010), conforme demonstrado pela nota explicações nº 10. Outros Cráditos

nim (RS 2.495 mit eni 2017), contonine denionistrado pera nota explicativa nº 10 - Outros Créditos.

Na composição da rubrica de "Provisão para Passivos Contingentes", está contido o provisionamento complementar de operações de crédito cedidas com coobrigação, cuja constituição está de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/1999, em que a classificação de risco de crédito considera a operação de crédito independentemente de sua situação, qual seia, carteira ativa e/ou carteira cedida. No exercício, encontra-se sega, carteria arma eola carieria cienda: No exercicio, eficolitarse registrada como parte integrante de "Outras Receitas (Despesas) Operacionais" uma reversão líquida da mencionada provisão no montante de R\$ 2.227 mil (constituição de R\$ 912 mil em 2010).

2011 2010

Níveis de	%				
risco	Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Α	0,5%	48.134	241	147.073	735
В	1%	1.703	17	6.440	64
C	3%	1.922	58	8.317	250
D	10%	1.390	139	2.108	211
E	30%	1.334	400	2.078	624
F	50%	1.234	617	1.350	675
G	70%	1.291	904	1.644	1.151
H	100%	9.768	9.768	10.661	10.661
Totais (a)		66.776	12.144	179.671	14.371
Circulante			11.858		9.848
Não circula	inte		286		4.523

Adicionalmente, também compõe a rubrica de "Provisão para Passivos Contingentes", o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que a Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos, cuja composição pode ser sumariada na forma segu

Contingências	Depósitos	Ativo	Provisões para
judiciais	judiciais	reembolsável	contingências
Contingências trabalhistas	24	2.358	2.702
Contingências cíveis			1.419
Totais - Não circulante	24	2.358	4.121
F., 21 J. J.,	1. 2011		

não há provisão, totalizavam R\$ 5.320 mil. A composição da rubrica de "Credores Diversos - País" pode ser

Credores diversos País - Passivo circulante.	2011	2010
Cobrança a liquidar	402	-
Recebimentos de créditos cedidos a repassar.	3.671	16.962
Contribuições para o FGC	330	299
Contratos de operações de crédito a liberar	1.411	2.793
Créditos a baixar de operações de crédito	3.004	3.281
Fornecedores diversos	333	550
Conta gráfica - Alienação ações Emblema (a)	4.846	4.966
Créditos a devolver de descontos consignados	234	423
Outros credores diversos	29	79
	14.260	29.353
Cradaras divarsas Daís Dassiva não		

circulante	2011	2010	
Créditos de cobrança simples e caucionada	-	78	
Recebimentos de créditos cedidos a repassar.		1.330	
_		1.408	

(b) O saldo da conta gráfica decorre de evento superveniente ao Instrumento de Alienação das ações do Banco Emblema (denominação anterior do Banco Semear S.A.), originado em face de Acordo Judicial firmado no âmbito do processo: 024.00.020.098-0 junto à 26ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.

Referido saldo será objeto de acerto financeiro a crédito dos acionistas compradores, devidamente instrumentalizado pelos acionistas vendedores, tão logo, concluída a alienação do imóvel permutado na negociação de imóvel recebido em dação em pagamento nos termos do Acordo Judicial, retromencionado, cujo valor encontra-se registrado no grupamento contábil do Ativo Circulante de "Bens Não de Uso Próprio" pelo montante de R\$ 800 mil.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 51.596 mil (R\$ 47.392 mil em 2010), representado por 47.596 mil (43.392 mil em 2010) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 26 de janeiro de 2012, foi homologado pelo Banco Central

do Brasil, o aumento de capital deliberado em 30 de dezembro de 2011 pela Assembleia Geral de Acionistas no valor de R\$ 2.164 mil (2.164 mil ações).

A Reserva de Lucros é representada pela Reserva Legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício. limitada a 20% do capital social, bem como, pela Reserva de

Retenção de Lucros.
Importa ressaltar que o saldo existente no grupamento contábil de Reserva de Lucros foi integralmente absorvido pelo prejuízo

apurado neste exercício. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 3.490/ 07 (Novo Acordo de Capital - Basileia II) Amparadas nos desdobramentos do Novo Acordo de Capital

(Basileia II), proposto pelo Comitê de Basileia para a (Bastiela II), priposto pelo Colinte de Bastiela para a supervisão Bancária, foram editadas pelo Conselho Monetário Nacional as Resoluções nº 3.380/2006 e nº 3.464/2007, que, respectivamente, tratam das estruturas de gerenciamento de risco operacional e de mercado. Posteriormente, o Banco Central do Brasil editou as Circulares nº 3.360 a nº 3.368, nº 3.200 et al. 2000 de final de consensable d 3.383 e nº 3.389, todas de 2008, definindo as metodologias de apuração das parcelas de capital para a cobertura dos Riscos de Crédito, Mercado e Operacional.

Para a compatibilização desses requerimentos, o Conselho Monetário Nacional edition a Resolução nº 3.444/2007, que define

o Patrimônio de Referência (PR), e a Resolução nº 3.490/2007, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II), vigente desde 1º de julho de 2008.

Os impactos desse enquadramento podem	ser suma	riados no
quadro abaixo:	•	****
Descrição	2011	2010
Patrimônio Líquido Ajustado	81.697	72.350
(+/-) Resultado do exercício	(34.916)	10.090
(-) Redução dos Ativos Diferidos	(908)	(1.706)
(=) Patrimônio de Referência Nível I	45.873	80.734
Patrimônio de Referência Nível II		
Patrimônio de Referência Total		
(Nível I + Nível II) (a)	45.873	80.734
Alocação de Capital (por risco) -		
Resolução nº 3.490/2007 (a partir de		
01/07/2008)		
Risco de Crédito (Pepr)	42.604	61.617
Risco de Mercado	601	11
Risco Operacional (Popr)	4.536	2.874
Risco Ações (Pacs)	0	903
Patrimônio de Referência Exigido (b)	47.741	65.405
Margem (a - b)	(1.868)	15.329
% de adequação do referência exigido		
(a/b)	96%	123%
Capital direcionado para operação da		
carteira de Banking - RBAN (c)	327	702
Margem Final (a - b - c)	(2.195)	14.627
Indice de Basiléia	10,57%	13,58%
Indice de Basiléia Amplo (com RBAN)	10,50%	13,43%
Neste exercício, o coeficiente de adequa de Referência Exigido (Basileia II) é de l' 2010) enquanto o mínimo requerido é de exigência mínima de Capital e Patrimór funcionamento, a Instituição encontra-se limites determinados pela Resolução n° 2 A readequação do índice de Basileia ao pelas normas vigentes foi restabelecida ei vinculado ao Banco Central do Brasil, nos Resolução n° 4.019/2011, no montante conforme relatado na nota explicativa Subsequentes, de forma que, em 31 de coeficiente de adequação ao Patrimór Exigido (Basileia II) atingiu o percent	0,50% (13 11%. Em tio Líquid de acordo 2.099/1994 mínimo i m face do termos do de R\$ 15 n° 20.I - março de tio de Re	s,43% em relação à lo para o o com os l. requerido depósito art. 6° da milhões, Eventos 2012, o eferência
adequação ao Patrimônio de Referência	Exigido	(Basileia

15 Receitas e despesas da intermediação financeira

auditores independentes).

A composição das receitas e despesas da intermediação financeira no semestre/exercício pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte: Receitas da

II) em 31 de março de 2012 não foi revisada pelos nossos

Intermediação 2º Sem/ Financeira 2011 2011 2010 Operações de crédito: 75.438 144.253 117.789 87.417 25.845 Rendas de empréstimos Capital de giro 42.302 11.821 Conta garantida 998 60.574 30.031 49.878 Crédito pessoal Rendas de títulos 58.944 30.849 Crédito Direto ao Consumidor - CDC 32 406 57 685 30 684 Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência - CDCI .. 1.087 1.259 165 Recuperação de créditos Resultado da cessão de 2.195 4 788 4 935 créditos 9.547 12.046 4.613 Despesa de cessão de créditos (12.099) (18.992) 564 Resultado de operações com tít. e val. mobiliários: De aplicações 5.110 interfinanceiras de liquidez 2.672 4.194 4.229 De títulos e valores 2.438 4.120 4.276 Rendas de títulos de renda fixaRendas de títulos de renda 2.918 4.562 2.245 3.779 3.922 1.036 variável .. Ajuste positivo com títulos de renda fixa (38)(35) (4.221) (4.329) 94 de Investimentos Resultado com instr. financeiros derivativos: (688) 12 (713) (625) De operações com opções ações .. 152.171 128.041 Total ... 79.860

Despesas da intermediação financeira	2º Sem/ 2011	2011	2010		
Operações de captação no		(51000)			
mercado:	(27.346)	(54.069)	(40.615)		
Despesas de depósitos					
interfinanceiros		(1.063)			
Despesas de depósitos a prazo	(25.723)	(50.930)	(37.052)		
Despesas de opers.					
compromissadas	(97)	(133)	(10)		
Outras despesas de captação					
(FGC)	(989)	(1.943)	(1.542)		
Provisão para créditos liq.					
duvidosa	(62.878)	(105.393)	(40.288)		
Total	(90.224)	(159.462)	(80.903)		
Receitas e despesas operacionais A composição das receitas e despesas operacionais no semestre/					

Receitas de prestação de serviços:	A composição das receitas e despe	sas operac	cionais no	semestre/
Receitas de prestação de serviços: 890 2.588 9.578 Rendas de comissão de colocação de títulos de agenciamento de seguros a genciamento de recursos a genciamento de coutras rendas - PJ a genciamento de recursos a genciamento de coutras rendas - PJ a genciamento de coutras rendas - PJ a genciamento de porte de recursos a genciamento de dados a genciamento de dados a genciamento de genciamento de dados a genciamento de dados a genciamento de dados a genciamento de gencia	Receitas (despesas)	2°Sem/		
serviços: 890 2.588 9.578 Rendas de comissão de agenciamento de seguros. 648 2.145 8.901 Rendas de comissão de agenciamento de seguros. 242 441 402 Outras rendas de sarviços prestados 5.780 12.360 7.348 Recelas de Confecção e renovação de cadastro - PF 5.520 11.880 7.039 Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF 9 64 40 Receitas de confecção de cadastro - PI 111 256 193 Receitas de transferência de recursos - PF 116 34 42 Receitas de transferência de recursos - PF 115 115 13 Receitas de persações de crédito e outras rendas - PJ 9 11 34 Despesas de bessoal: (133) (3.724) (2.882) Benefícios (203) (464) (453) Encargos sociais (259) (536) (512) Pospesas de honorários de Directra (35) (84) (134) Outras rendas e seguros (25) (254) (455)	operacionais		2011	2010
Rendas de comissão de colocação de tífulos c c 202 Rendas de comissão de agenciamento de seguros 648 2.145 8.901 Rendas de garantias prestadas 242 441 402 Outras rendas de serviços prestados 5.780 12.360 7.348 Receitas de confecção de renovação de cadastro - PF 5.520 11.880 7.039 Receitas de confeçção de cadastro - PF 9 64 40 Receitas de transferência de recursos - PF 11 256 193 Receitas de transferência de recursos - PF 115 115 - Receitas de operações de créditio e outras rendas - PJ (113) 3.724 (2.881) Receitas de operações de créditio e outras rendas - PJ (133) 3.724 (2.882) Beneficios (203) (464) (453) Beneficios (203) (464) (453) Despesas de honorários de Diretoria (259) (536) (512) Droventos (16) (264) (134) Comissões sobre operações de créditos (254) (41	Receitas de prestação de	800	2 588	0.578
colocação de tífulos - - 202 Rendas de comissão de agenciamento de seguros 648 2.145 8.901 Rendas de garantias prestadas 242 441 402 Outras rendas de serviços prestados 5.780 12.360 7.348 Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF 5.520 11.880 7.039 Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF 9 64 40 Receitas de confecção de cadastro - PF 111 256 193 Receitas de transferência de recursos - PF 115 115 -15 Receitas de operações de crédito e outras rendas - PP 115 115 -34 42 Receitas de operações de crédito e outras rendas - PP 9 11 34 22 Benefícios (203) (464) (453) (452) (263) (512) (526) (522) (640) (1783) (282) (282) (2882) 2882) (2882) (2882) (2882) (2882) (2882) (2882) (2882) (2882) (2882) <	Rendas de comissão de	070	2.500	7.570
agenciamento de seguros 648 2.145 8.901 Rendas de garantias prestadas 242 441 402 Outras rendas de serviços prestados 5.780 12.360 7.348 Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF 5.520 11.880 7.039 Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF 9 64 40 Receitas de confecção de cadastro - PI 111 256 193 Receitas de transferência de recursos - PF 116 34 42 Receitas de perações de crédito e outras rendas - PI 9 11 34 Receitas de perações de crédito e outras rendas - PI 9 11 34 Benefícios (203 (464) (453) Benefícios (203 (464) (453) Benargos sociais (259) (536) (512) Proventos (816) (2.640) (1783) Despesas de honorários de Dirictoria (35) (84) (134) Outras rendas e perações de crédito (201) (41,40) (26,501)	colocação de títulos	-	-	202
Rendas de garantias prestadas 242 441 402 Outras rendas de serviços prestados 5.780 12.360 7.348 Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF 5.520 11.880 7.039 Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF 9 64 40 Receitas de confecção de cadastro - PJ 111 256 193 Receitas de transferência de recursos - PF 115 115 - 8 Receitas de transferência de recursos - PF 115 115 - 8 Receitas de perações de crédito e outras rendas - PJ 9 11 34 Despesas de pessoal: (1,313) (3.724) (2.882) Benefícios (203) (464) (453) Benefícios (203) (464) (453) Despesas de pessoa administrativas: (35, 229) (536) (512) Proventos (816) (2640) (1783) Despesas de marketing e publicações (126) (261) (394) Despesas de seguros de seguros (73) (157) (279)		648	2 145	8 901
Outras rendas de serviços prestados prestados prestados prestados prestados e renovação de cadastro - PF 5.780 12.360 7.348 Rececitas de confecção de renovação de cadastro - PF 5.520 11.880 7.039 Receitas de confecção de cadastro - PI 9 64 40 Receitas de transferência de recursos - PF 111 256 193 Receitas de transferência de recursos - PF 115 115 115 Receitas de operações de crédito e outras rendas - PJ 9 11 34 Despesas de pessoal: (133) (3.724) (2.882) Benefícios (203) (464) (453) Benefícios cociais (259) (536) (512) Proventos (816) (2.640) (1.783) Despesas de honorários de Directoria (35) (84) (134) Outras despesas administrativas: (35,229) (65,404) (43.090) Comissões sobre operações de crédito (22,741) (41.549) (26.501) Despesas de marketing e publicações (216) (261) (292) Despesas de seguro	Rendas de garantias prestadas			
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF 5.520 11.880 7.039 Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF 9 64 40 40 40 40 40 40 40	Outras rendas de serviços			70
Receitas de confeçção e renovação de cadastro - PF 5.520 11.880 7.039 Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF 9 64 40 40 40 40 40 40 40	Rendas de tarifas bancárias:	5 780		
Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF	Receitas de confecção e			
Receitas de transferência de recursos - PJ 11 256 193	renovação de cadastro - PF	5.520	11.880	7.039
Receitas de confecção de cadastro - PI	outras rendas - PF	9	64	40
Receitas de transferência de recursos - PJ	Receitas de confecção de			
Receitas de operações de crédito e outras rendas - Pl 115 11	Cadastro - PJ	111	256	193
Receitas de transferência de recursos - PF	recursos - PJ	16	34	42
Receitas de operações de crédito e outras rendas - PJ 9 11 34 Despesas de pessoal: (1.313) (3.724) (2.882) Benefícios (203) (464) (453) Encargos sociais (259) (536) (512) Proventos (816) (2.640) (1.783) Despesas de honorários de Diretoria (35) (84) (134) Outras despesas administrativas: (35,229) (65,404) (43.090) Comissões sobre operações de crédito (2.741) (41.549) (26.501) Despesas de marketing e publicações (126) (201) (394) Despessas de processamento de dados (1.418) (2.761) (2.992) Despesas de seguros (73) (157) (124) (2.992) Despesas de serviços de SFN (2.075) (4.197) (2.708) Despesas de serviços de serviços de terceiros (3.692) (5.756) (1.300) Despesas de serviços do SFN (2.075) (4.197) (2.078) Despesas de serviços técnicos (3.692) (5.75	Receitas de transferência de	115	115	
Despesas de pessoal:	Receitas de operações de crédito	115	115	-
Despesas de pessoal:	e outras rendas - PJ			34
Encargos sociais	Despesas de pessoal:	(1.313)	(3.724)	(2.882)
Proventos	Encargos sociais			(512)
Diretoria	Proventos			(1.783)
Outras despesas administrativas: (35.229) (65.404) (43.090) Comissões sobre operações de crédito (22.741) (41.549) (26.501) Despesas de marketing e publicações (126) (261) (394) Despesas de processamento de dados (1.418) (2.761) (2.292) Despesas de serviços do SFN (2.075) (4.197) (2.708) Despesas de serviços técnicos especializados (1.661) (3.787) (3.073) Despesas de outros serviços de terceiros (3.692) (5.756) (1.300) Despesas de outros serviços de terceiros (3.692) (5.756) (1.300) Demais despesas administrativas (3.433) (6.936) (6.698) Total (29.872) (54.180) (29.046) Despesas tributárias: (1.043) (2.305) (2.577) Tributos destaduais (1.043) (2.305) (2.577) PIS (455) (927) (910) COFINS (230) (561) (762) Irbutos municipais (310) (32) (666)		(25)	(94)	(124)
Comissões sobre operações de rédito (22,741) (41,549) (26,501) Despesas de marketing e publicações (126) (261) (394) Despesas de processamento de dados (1,418) (2.761) (2.92) Despesas de serviços do SFN (2.075) (4,197) (2.708) Despesas de serviços desercicos especializados (1,661) (3.787) (3.073) Despesas de serviços de terceiros (3,692) (5.756) (1,300) Demais despesas administrativas (3,443) (6,936) (6,688) Total (29,872) (54,180) (29,068) Despesas tributárias: (1,043) (2,305) (2,577) Tributos federais (1,043) (2,305) (2,577) Tributos federais (1,514) (1,706) LOF bancado (3) (3,61) (726) LOF bancado (3) (3,61) (726) LOF bancado (3) (3,60) (66) LOF bancado (3) (3,60) (66) LOF bancado (3) (3,6	Outras despesas administrativas:	(35,229)		
Despesas de marketing e publicações	Comissões sobre operações de			
Despesas de processamento de dados (1.418) (2.761) (2.292) Despesas de processamento de dados (1.418) (2.761) (2.292) Despesas de serviços do SFN (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.708) (2.075) (4.197) (2.075) (4.197) (2.075) (4.197) (2.075) (4.197)	Despesse de marketing e	(22.741)	(41.549)	(26.501)
Despesas de processamento de dados	publicações	(126)	(261)	(394)
Despesas de seguros		(1.410)	(2.7(1)	(2.202)
Despesas de serviços do SFN (2.075) (4.197) (2.708) Despesas de serviços técnicos especializados (1.661) (3.787) (3.073) Despesas de outros serviços de terceiros Despesas de outros serviços de terceiros Demais despesas administrativas (3.443) (6.936) (6.698) Total (2.98.72) (54.180) (2.90.698) Despesas tributárias: (1.043) (2.305) (2.577) Tributos federais (688) (1.514) (1.702) PIS (455) (927) (910) COFINS (230) (561) (726) COFINS (230) (561) (726) COFINS (3.043) (561) (726) COFINS (3.04) (762) (856) ISS (3.40) (828) (828) (828) ISS (3.40) (828) (828) (828) ISS (3.40) (828) (828) (828) ISS (3.40) (828) (828) (828) (828) ISS (3.40) (828) (828) (828) (828) ISS (3.40) (828) (828) (828) (828) (828) (828) ISS (3.40) (828)	Despesas de seguros			(124)
especializados (1.661) (3.787) (3.073) Despesas de outros serviços de terceiros (3.692) (5.756) (1.300) Demais despesas administrativas (3.443) (6.936) (6.698) Total (29.872) (54.180) (22.9046) Despesas tributárias: (1.043) (2.305) (2.577) PIS (455) (927) (910) COFINS (230) (561) (726) IOF bancado (3) (26) (66) Irbutos estaduais (15) (29) (19) Irbutos estaduais (15) (29) (19) Irbutos municipais (340) (762) (858) Outros tributos municipais (12) (27) (288) Outros tributos municipais (12) (27) (280) Reversão de cencaros e despesas 44 353 4.968 Reversão de provisões 2.258 2.325 501 Prov.para opers. de cred. 2.258 2.256 106 Prov	Despesas de serviços do SFN		(4.197)	
Despessa de outros serviços de terceiros (3.692) (5.756) (1.300) Demais despesas administrativas (3.443) (6.936) (6.698) Total (29.872) (54.180) (29.046) Despessa tributárias: (1.043) (2.305) (2.577) Tributos federais (688) (1.514) (1.702) PIS (455) (927) (910) COFINS (230) (561) (726) IOF bancado (3) (20) (68) (151) (729) (19) Tributos estaduais (15) (29) (19) (19) (175) (150) (68) (69) (69) (69) (69) (69) (69) (69) (69) (69) (68) (80) (80) </td <td>Despesas de serviços técnicos</td> <td>(1.661)</td> <td>(2 797)</td> <td>(2.072)</td>	Despesas de serviços técnicos	(1.661)	(2 797)	(2.072)
Demais despesas administrativas (3.692) (5.756) (1.300)	Despesas de outros serviços de	(1.001)	(3.767)	(3.073)
Despesas tributárias:	terceiros	(3.692)	(5.756)	
Despesas tributárias:	Demais despesas administrativas .	(3.443)		
Compara baixa operacionais Compara baixa operacionais Compara baixa operacionais Compara beneficia of compara contingências Compara baixa operacionais Compara contingências			(2.305)	
PIS (455) (927) (910) COFINS (230) (561) (762) (661) IOF bancado (3) (26) (66) Tributos estaduais (15) (29) (19) ISS (328) (735) (828) ISS (12) (27) (28) ISS (12) (27) (28) Outros tributos municipais (12) (27) (28) Outras receitas operacionais: 9.734 14.703 15.532 Recuperação de encargos e 44 353 4.968 Reversão de provisões 2.258 2.325 501 Prov.para opers. de cred. 2.256 2.256 106 Prov.prosa pa baixa opers. de cred. - - - - Prov.prdesvalorização de outros valores e bens - <td>Tributos federais</td> <td>(688)</td> <td>(1.514)</td> <td>(1.702)</td>	Tributos federais	(688)	(1.514)	(1.702)
DF bancado	PIS	(455)	(927)	(910)
Tributos estaduais (15) (29) (19) Tributos municipais (340) (762) (858) ISS (328) (735) (828) Outros tributos municipais (12) (27) (28) Outras receitas operacionais: 9.734 14.703 15.532 Recuperação de encargos e despesas 44 353 4.968 Reversão de provisões operacionais 2.258 2.325 501 Prov.para opers. de cred. cedidos c/coobrigação 2.256 2.256 106 Prov.prabaixa opers. de créditos - C/C convênios 67 51 - Prov.prdevalorização de outros valores e bens - - 344 Outras rendas operacionais 7.432 12.024 10.063 Comissão de permanência no recebto. de créditos em átraso 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos em atraso 1039 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Outras rendas operacionais 157 157 - Variaçõ	IOF hancado			
ISS. (328) (735) (828) Outros tributos municipais (12) (27) (28) Outras receitas operacionais: 9.734 14.703 15.532 Recuperação de encargos e despesas 44 353 4.968 Reversão de provisões operacionais 2.258 2.325 501 Prov.para opers. de cred. cedidos c/coobrigação 2.256 2.256 106 Prov.para baixa opers. de créditos - C/C convênios 67 51 - Prov.prdesvalorização de outros valores e bens 2 2 - - Outras provisões 2 2 2 - - Comissão de permanência no recebito. de créditos 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos moretárias ativas 1167 1.217 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Outras despesas operacionais 157 157 - Outras despesas operacionais 157 157 - Provisão para contingências ações cíveis (5.147) (12.266)<	Tributos estaduais	(15)	(29)	(19)
Outros tributos municipais (12) (27) (28) Outras recetitas operacionais: 9.734 (14.703) (15.532) Recuperação de encargos e despesas 44 (353) (4.968) Reversão de provisões operacionais 2.258 (2.325) (501) Prov.para opers. de cred. cedidos c/coobrigação 2.256 (2.256) (2.256) (106) Prov.para baixa opers. de créditos - C/C convênios 67 (51) (344) Outras provisões 2 (2) (2) (2) (2) (2) (2) (2) (2) (2) (2		(340)		(856)
Outras receitas operacionais: 9,734 14,703 15,532 Recuperação de encargos e despesas 44 353 4,968 Reversão de provisões operacionais: 2,258 2,325 501 Prov, para opers. de cred. 2,256 2,256 106 Prov, para baixa opers. de creditos - C/C convênios 67 51 - Prov. pridesvalorização de outros valores e bens - 2 2 10,063 Comissão operacionais 7,432 12,024 10,063 Comissão operacionais 5,437 9,161 8,597 Multas no recebimento de créditos em atraso 1,039 1,767 1,217 Receita de repasse 653 653 1 Outras despesas operacionais 157 157 - Outras despesas operacionais 1547 (12,266) (19,080)		(12)	(27)	(28)
Reversão de provisões 44 353 4.968 Reversão de provisões 2.258 2.325 501 Prov.para opers. de cred. 2.256 2.256 106 Prov.para baixa opers. de créditos - C/C convênios 67 51 - Prov.p/desvalorização de outros valores e bens 2 2 344 Outras provisões 2 2 1 344 Outras rendas operacionais 7.432 12.024 10.063 Comissão de permanência no recebto. de créditos 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos em atraso 1.039 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Variações monetárias ativas 146 286 248 Outras rendas operacionais 157 157 - Outras despesas operacionais 157 157 - Outras despesas operacionais 3972 (9.367) (16.679) Provisão para contingências ativas (340) (1.420) - Prejuízo na renegociaçã	Outras receitas operacionais:			
Reversão de provisões operacionais 2.258 2.325 501 Prov.para opers. de cred. cedidos c/coobrigação 2.256 2.256 106 Prov.para baixa opers. de créditos - C/C convênios 6 51 - Prov.prdesvalorização de outros valores e bens 2 2 2 - Outras provisões 2 2 1 0.063 Comissão de permanência no recebito de créditos de créditos em atraso 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos em atraso 1039 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Variações monetárias ativas 146 286 248 Quitras rendas operacionais 157 157 - Outras despesas operacionais (5.147) (12.266) (19.080) Descontos concedidos no recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências - ações cíveis (340) (1.420) - Provisão para contingências - trabalhistas (286) (345) - Prejuízo na re	Recuperação de encargos e	44	353	1 068
operacionais 2.258 2.325 501 Prov.para opers. de cred. 2.256 2.256 106 Prov.para baixa opers. de créditos - C/C convênios 67 51 - Prov.p/desvalorização de outros valores e bens 2 2 2 - Outras provisões 2 2 2 - Outras rendas operacionais 7.432 12.024 10.063 Comissão de permanência no recebto. de créditos 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos em atraso 1.039 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Variações monetárias ativas 146 286 248 Outras fexpesas operacionais 157 157 157 Outras despesas operacionais 157 157 157 Provisão para contingências ações cíveis (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências rações cíveis (340) (1.420) - Projuízo na renegociação de opers.de crédito (284) (362) (44	Reversão de provisões		333	4.700
cedidos c/coobrigação 2.256 2.256 106 Prov.para baixa opers. de créditos - C/C convênios 67 51 - Prov.p/desvalorização de outros valores e bens 2 <	operacionais	2.258	2.325	501_
Prov.para baixa opers. de créditos - C/C convênios 67 51 - Prov.p/desvalorização de outros valores e bens. 67 51 - 344 Outras provisões 2 2 2 2 Outras rendas operacionais 7.432 12.024 10.063 Comissão de permanência no recebto. de créditos 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos em atraso 10.39 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Variações monetárias ativas 146 286 248 Outras rendas operacionais 157 157 - Outras despesas operacionais (5.147) (12.266) (19.080) Descontos concedidos no recebimento de créditos agrecionais (3972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências atrabalhistas (340) (1.420) - Provisão para contingências atrabalhistas (286) (345) - Prejuízo na renegociação de opera de crédito (284) (362) (44) Prov,para opera de cred.cedidos coccoobrigação - (2 256	2 256	106
créditos - C/C convênios 67 51 - Prov.p/desvalorização de outros valores e bens 2 2 2 344 Outras provisões 7.432 12.024 10.063 Comissão de permanência no recebito. de créditos 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos em atraso 1.039 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Variações monetárias ativas 146 286 248 Outras rendas operacionais 157 157 157 Outras despesas operacionais (5.147) (12.266) (19.080) Descontos concedidos no recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências - ações cíveis (340) (1.420) - Provisão para contingências - trabalhistas (286) (345) - Prejuízo na renegociação de opers. de créditos (284) (362) (44) Prov. para baixa opers. de cred. cedidos c/coobrigação - (29) (912) Prov. para baixa opers. de créditos	Prov.para baixa opers. de	2.230		100
valores e bens. - - 344 Outras provisões 2 2 2 Outras rendas operacionais 7.432 12.024 10.063 Comissão de permanência no recebito. de créditos 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos em atraso 1.039 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Variações monetárias ativas 146 286 248 Outras rendas operacionais 157 157 - Descontos concedidos no recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências - ações cíveis (340) (1.420) - Provisão para contingências - trabalhistas (286) (345) - Prejuízo na renegociação de opers.de crédito (284) (362) (44) Provisão para gontriagão - (29) (912) Provaria opers.de créditos - (29) (912) Provaga paração - (29) (912) Provaga paração <t< td=""><td>créditos - C/C convênios</td><td>67</td><td>51</td><td>-</td></t<>	créditos - C/C convênios	67	51	-
Outras provisões 2 2 1 2 0.063 Outras rendas operacionais 7.432 12.024 10.063 Comissão de permanência no recebito. de créditos 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos em atraso 1.039 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 3.1 187 158 158 158	valores e bens	-	-	344
Comissão de permanência no recebto. de créditos 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos em atraso 1.039 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Variações monetárias ativas 146 286 248 Outras despesas operacionais 157 157 157 12.266 (19.080) Descontos concedidos no recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências - ações cíveis (340) (1.420) - Provisão para contingências - trabalhistas (286) (345) - Prejuízo na renegociação de opers.de crédito a credicos c/coobrigação - (284) (362) (44) Prov.para apers.de cred.cedidos c/coobrigação - (29) (912) Prov.para baixa opers.de créditos - (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.308) (54.048) (55.171)	Outras provisões			-
recebto. de créditos 5.437 9.161 8.597 Multas no recebimento de créditos em atraso 1.039 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Outras despesas operacionais 1146 286 248 Outras rendas operacionais 157 157 157 157 Outras despesas operacionais (5.147) (12.266) (19.080) Descontos concedidos no recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências ações civeis (340) (1.420) - Provisão para contingências trabalhistas (286) (345) - Prejuízo na renegociação de opers. de crédito (284) (362) (44) Prov. para opers. de cred. cedidos c/coobrigação (29) (912) Prov. para baixa opers. de créditos - (27) (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (35.071)	Outras rendas operacionais	7.432	12.024	10.063
Multas no recebimento de créditos em atraso 1.039 1.767 1.217 Receita de repasse 653 653 1 Variações monetárias ativas 146 286 248 Outras despesas operacionais: 157 157 - Outras despesas operacionais: (5.147) (12.266) (19.080) Descontos concedidos no recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências - trabalhistas (286) (345) - Prejuízo na renegociação de opers.de crédito (284) (362) (44) Prov.para opers.de crédicos c/coobrigação - (29) (912) Prov.para baixa opers.de créditos - (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (54.048) (35.171)	recebto. de créditos	5.437	9.161	8.597
Receita de repasse 653 653 1 Variações monetárias ativas 146 286 248 Outras rendas operacionais 157 157 - Outras despesas operacionais (5.147) (12.266) (19.080) Descontos concedidos no recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências - ações cíveis (340) (1.420) - Provisão para contingências - trabalhistas (286) (345) - Prejuízo na renegociação de opers.de crédito (284) (362) (44) Prov, para opers.de cred.cedidos c/coobrigação - (29) (912) Prov, para baixa opers.de créditos - (29) (912) Prov, para baixa opers.de créditos - (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (36.048) (35.171)	Multas no recebimento de			
Variações monetárias ativas 146 286 248 Outras rendas operacionais 157 157 157 Outras despesas operacionais (5.147) (12.266) (19.080) Descontos concedidos no recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências - ações cíveis (340) (1.420) - Provisão para contingências - trabalhistas (286) (345) - Prejuízo na renegociação de opers. de crédito (284) (362) (44) Prov.para opers. de crédicos c/coobrigação - (29) (912) Prov. para baixa opers. de créditos - (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (54.048) (35.171)	Receita de repasse			
Outras rendas operacionais 157 157 12266 (19.080) Outras despesas operacionais (5.147) (12.266) (19.080) Descontos concedidos no recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências - ações cíveis (340) (1.420) - Provisão para contingências - trabalhistas (286) (345) - Prejuízo na renegociação de opers.de crédito (284) (362) (44) Prov, para opers.de cred.cedidos c/coobrigação - (29) (912) Prov, para baixa opers.de créditos - C/C convênios (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (54.048) (35.171)	Variações monetárias ativas			
Descontos concedidos no recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679)	Outras rendas operacionais	157		(10.000)
recebimento de créditos (3.972) (9.367) (16.679) Provisão para contingências - ações cíveis (340) (1.420)		(5.147)	(12.266)	(19.080)
ações civeis (340) (1.420) - Provisão para contingências - trabalhistas (286) (345) - Prejuízo na renegociação de opers.de crédito (284) (362) (44) Prov.para opers.de cred.cedidos c/coobrigação (29) (912) Prov.para baixa opers.de créditos - C/C convênios (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (36.048) (35.171)	recebimento de créditos	(3.972)	(9.367)	(16.679)
Provisão para contingências - trabalhistas (286) (345) - rejuízo na renegociação de opers. de crédito (284) (362) (44) Prov. para opers. de cred. cedidos c/coobrigação - (29) (912) Prov. para baixa opers. de créditos - C/C convênios (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (54.048) (35.171)	Provisão para contingências - acões cíveis	(340)	(1.420)	_
Prejuízo na renegociação de opers.de crédito (284) (362) (44) Prov.para opers.de cred.cedidos c/coobrigação - (29) (912) Prov.para baixa opers.de créditos - (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (54.048) (35.171)	Provisão para contingências -			
opers.de crédito (284) (362) (44) Prov.para opers.de credicos - (29) (912) Prov.para baixa opers.de créditos - (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (54.048) (35.171)	trabalhistas Preiuízo na renegociação de	(286)	(345)	-
c/coobrigação - (29) (912) Prov.para baixa opers.de créditos - (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (54.048) (35.171)	opers.de crédito	(284)	(362)	(44)
Prov.para baixa opers.de créditos (242) (283) (1.414) C-C' convénios (23) (459) (31) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (54.048) (35.171)	Prov.para opers.de cred.cedidos	_	(29)	(912)
- C/C convênios (242) (283) (1.414) Outras despesas operacionais (23) (459) (31) Total (26.328) (54.048) (35.171)	Prov.para baixa opers.de créditos	-		
Total	- C/C convênios			
	Total			(35.171)

17 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
A conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado do semestre/exercícios pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

· ·	2	o Semestre/2011		2011		2010
Discriminação	Imp.de Renda	Contrib. Social	Imp.de Renda	Contrib. Social	Imp.de Renda	Contrib. Social
Resultado antes da tributação e						
participações estatutárias	(35.748)	(35.748)	(60.735)	(60.735)	13.653	13.653
Juros sobre o capital próprio	(2.546)	(2.546)	(4.946)	(4.946)	(4.380)	(4.380)
Participações empregados	-	-	(67)	(67)	(253)	(253)
Adições (exclusões) permanentes	(310)	(310)	(313)	(313)	285	285
Difer. temporárias ativas diferidas	27.360	26.905	61.836	60.909	23.669	21.174
Difer. temporárias passivas diferidas	4.509	4.509	4.617	4.617	(2.839)	(2.839)
Base de cálculo tributável	(6.735)	(7.190)	392	(535)	30.135	27.640
Alíquota base	-	-	(58)	-	(4.522)	(4.147)
Alíquota adicional	-	-	(27)	-	(2.987)	-
Incentivo fiscais	-	-		-	221	-
Reversão provisão semestre anterior	1.683	998		_		
Totais	1.683	998	(85)		(7.288)	(4.147)
Diferença Provisão Exercício/2010			(101)	(61)		-
Totais - valores correntes	1.683	998	(186)	(61)	(7.288)	(4.147)
Base de cálculo tributável	4.509	4.509	4.617	4.617	(2.839)	(2.839)
(+/-) Ajuste à Base de cálculo	(433)	(433)	(770)	(770)	(58)	(58)
Passivo fiscal diferido	1.019	611	962	577	(724)	(435)
	2.702	1.609	776	516	(8.012)	(4.582)
Base de cálculo tributável (a)	27,360	26,905	61.836	60,909	23,669	21.174
Ativo fiscal diferido		4.035	15.459	9.135	6.045	3.239
Totais - Geral	9.542	5.644	16.235	9.651	(1.967)	(1.343)
						3/4



Grupo Seculus

BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Rua Paraíba, 330 - 22º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

Notas explicativas às demonstrações financeiras - $(Em\ milhares\ de\ Reais)$

	elacionadas		Receitas
		Depósitos	(despesas)
Em 2011	<u>à vista</u>	a prazo	do exercício
SNV - Serviços e			
Negócios de Varejo			
Ltda.(a)	1.394	-	(19.193)
Serra da Moeda			
Securitizadora de			
Créditos(b)	77	-	(12.131)
Seculus Empreend. e			
Participações S.A. (c)	444	6.988	(1.098)
Seculus Tecnologia S.A.			
(Prime Systems) (d)	-	209	(117)
Empresas e pessoas			
físicas - Grupo			
Seculus(e)	428	53.074	(9.094)
Total operações -			
empresas e pes.físicas			
ligadas	2.343	60.271	(41.633)
Empresas e pessoas			
físicas não ligadas	2.425	320.999	
	4.768	381.270	
Circulante	4.768	95.459	
Não circulante	-	285.811	
ruo circuiunte iiiiiiiiiiii		200.011	
		.	Receitas
E 2010	Depósitos		(despesas)
Em 2010	<u>à vista</u>	a prazo	do exercício
SNV - Serviços e			
Negócios de Varejo	1 2 47		(6.717)
Ltda.(a)	1.347	-	(6.717)
Serra da Moeda			
Serra da Moeda Securitizadora de	26		(24.471)
Serra da Moeda Securitizadora de Créditos(b)	36	-	(24.471)
Serra da Moeda Securitizadora de	36	-	(24.471)

(a) Despesa total de R\$ 19.193 mil (R\$ 6.717 mil em 2010) proveniente da realização de despesas antecipadas decorrentes da remuneração de serviços de agenciamento e intermediação de operações de crédito prestados pela SNV-Serviços e Negócios de Varejo no exercício.

- Artur Geraldo de Azevedo

Vice-presidente - Elcio Antonio de Azevedo

2.371

5.832

8.203

988 72.439

72.439

311.934 384.373

93.107

291.266

- (b) Despesa total de R\$ 12.131 mil (R\$ 24.471 mil em 2010) proveniente de prejuízo apurado em cessão de créditos realizada no exercício com a Serra da Moeda Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 (Operações de Créditos), letra "a 2"
- demonstrado na nota explicativa nº 8 (Operações de Créditos), letra "e 2"

 (c) Despesa total de R\$ 1.098 mil proveniente de despesas com aluguéis e IPTU (R\$ 197 mil) e com remuneração de depósitos a prazo (R\$ 901 mil) em nome da Seculus Empreendimentos e Participações no exercício

 (d) Despesa total de R\$ 117 mil (R\$ 253 mil em 2010) proveniente de despesas com serviços prestados de informática (R\$ 78 mil) e com remuneração de depósitos a prazo (R\$ 39 mil) em nome da Seculus Tecnologia no exercício

 (e) Despesa total de R\$ 9.094 mil (R\$ 7.665 mil em 2010) proveniente de despesas com remuneração de depósitos a
- proveniente de despesas com remuneração de depósitos a prazo mantidos por pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no exercício.

19 Cobertura de seguros

A Administração entende que a cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2011, é suficiente para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

As premissas de risco adotadas, dado a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras onsequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores

independentes.

(39.106)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Conselheiro

- 20 Evento subsequente

 Em 29 de março de 2012, a Instituição efetuou, com recursos aportados pelos seus acionistas, depósito vinculado ao Banco Central do Brasil, no valor de R\$ 15 milhões, nos termos do art. 6° da Resolução nº 4.019/2011, retomando o reenquadramento do índice de Basileia ao mínimo requerido
 - art. o da Resorição n. 1. 3.011; recination or reenquadramento do índice de Basileia ao mínimo requerido pelas normas vigentes, conforme mencionado pela nota explicativa nº 14 Patrimônio Líquido (letra "c"); ii. Em 27 de junho de 2012, os acionistas da Instituição deliberaram pelo aumento de capital dos R\$ 15 milhões retromencionados, mediante a conversão do depósito vinculado ao Banco Central do Brasil. Nesta mesma data, novamente a Instituição efetuou, com recursos aportados pelos seus acionistas, outro depósito vinculado ao Banco Central do Brasil, desta vez no montante de R\$ 13.3 milhões, como parte do plano de enquadramento da Instituição, de forma a manter sempre o índice de Basileia acima dos patamares regulamentares.

 iii. Em 30 de junho de 2012, a Administração determinou a realização dos seguintes ajustes nas demonstrações contábeis da Instituição, os quais, aderentes ao plano de readequação
 - .Em 30 de junho de 2012, a Administração determinou a realização dos seguintes ajustes nas demonstrações contábeis da Instituição, os quais, aderentes ao plano de readequação operacional apresentado ao Banco Central do Brasil, e sumariamente relatado na nota explicativa nº 1 Contexto Operacional, a saber:

 O contingenciamento de R\$ 7.989 mil para fazer face ao não atingimento da performance estabelecida em razão do Contrato de Estipulação e Comercialização de Seguros firmado em 20 de setembro de 2010 com destacada seguradora do mercado nacional e internacional, com o objetivo de intermediar, com exclusividade, coberturas securitárias em
 - intermediar, com exclusividade, coberturas securitárias em favor dos clientes tomadores de crédito da Instituição, para o

qual, havia recebido a importância de R\$ 8.000 mil em 2010 a título de bônus em face do uso exclusivo dos canais de distribuição pela Seguradora, ainda que referido contrato esteja coberto por garantia prestada por empresa integrante do Grupo Seculus, no montante de R\$ 8.000 mil, através de Carta de Fiança emitida pelo Banco do Brasil S.A.

A realização das despesas diferidas em face da remuneração paga à empresa ligada operacionalmente, SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda., no montante de R\$ 5.741 mil (R\$ 10.356 mil em 31 de dezembro de 2011)

A baixa dos ativos de fraudes nas operações de crédito - pessoa física e de pendências na formalização de operações de compra de dívida de pessoas físicas em outras IFs., cujo montante importou em R\$ 3.155 mil (R\$ 3.022 mil em 31 de dezembro de 2011)

- O reconhecimento de contenta de provisão para perda no recebimento de créditos, decorrente de operações renegociadas, no montante de R\$ 3.382 mil (R\$ 3.930 mil em 31 de dezembro de 2011)
- e. O reconhecimento da perda em processos trabalhistas originados na gestão anterior à aquisição do controle societário da Instituição pelos acionistas do Grupo Seculus, no montante de R\$ 2.373 mil (R\$ 2.387 mil em 31 de dezembro de 2011), que encontrava-se integralmente suportado por depósitos judiciais, os quais, levantados pelos respectivos reclamantes, conforme mencionado na nota explicativa nº 10 Outros Créditos (letra "c").

21 Outras informações

i. Em 28 de abril de 2011, o Banco Central do Brasil, através do Ato-Presi 1.185, decretou a intervenção do Banco Morada S.A., a qual, em 25 de outubro de 2011, foi transformada em liquidação extrajudicial, através do Ato-Presi 1.208.

O Banco Semear S.A., na composição dos valores demonstrados na nota explicativa "8 - Operações de Crédito, possui operações de aquisição e cessão de créditos com coobrigação com a mencionada Instituição, as quais encontram-se inadimplentes, sendo que, os saldos e vencimentos das referidas operações, na data de 31 de dezembro de 2011, podem ser assim sumariados:

	Valores a receber	Valores a pagai
Vencimentos	Aquisição de créditos	Cessão de créditos
Vencidos	2.693	2.10
Até 30 dias	321	24
De 31 a 60 dias	319	8
De 61 a 90 dias	313	4
De 91 a 180 dias	789	7
De 181 a 360 dias	1.740	
Acima de 360 dias	6.952	
	13.127	2.144
Circulante	6.175	2.10
Não circulante	6.952	
Conta de compensação	-	43

Neste sentido, a Instituição vem monitorando o processo desde intervenção, agora, liquidação extrajudicial, sendo que, o

- montante dos créditos adquiridos encontra-se classificado no nível de risco "H", e, portanto, integralmente provisionado, conforme divulgado na nota explicativa nº 8, letra "a" -Operações de Crédito.
- ii. Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco Semear constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução nº 3.849, de 25 de março de 2010, do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação consiste num canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.
 iii. Em conformidade com a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Semear S.A. mantém sistema informatizado específico para o gerenciamento de risco operacional, de forma a garantir a adequação da estrutura de gerenciamento de risco operacional aderente às melhores práticas do mercado e ii. Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e
 - operacional aderente às melhores práticas do mercado e compatível aos produtos e processos da Instituição. O relatório

compatível aos produtos e processos da Instituição. O relatório de implantação de gerenciamento de risco operacional encontra-se na sede da Instituição à disposição dos interessados, sendo que o relatório do ano de 2011 também encontra-se à disposição dos interessados e publicado no sítio de Internet da Instituição, no seguinte link:

https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx?

iv. Por sua vez, o Banco Semear constituiu estrutura para o gerenciamento de Risco de Mercado em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional, buscando desenvolver as melhores práticas do mercado no gerenciamento deste risco, apoiandose em modelos difundidos internacionalmente e nas recomendações do Banco Central do Brasil e do Comitê de recomendações do Banco Central do Brasil e do Comitê de

Neste sentido, a Instituição também promoveu um upgrade de seu sistema informatizado de forma a garantir o adequado atendimento dos desdobramentos requeridos pelo normativo mencionado. O relatório do ano de 2011 encontra-se à disposição dos interessados e publicado no sítio de Internet da Instituição, no seguinte link

- Instituição, no seguinte link:
 https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/
 GestaoRiscos.aspx?
 v. Em observância ao cronograma de implementação de
 estrutura de gerenciamento de risco de crédito disposto pela
 Resolução n° 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho
 Monetário Nacional, a Instituição adotou as seguintes ações:
 a. Indicou o diretor responsável pelo gerenciamento do risco
 de crédito
 b. Definiu a estrutura organizacional para implementação do
 gerenciamento do risco de crédito
 c. Definiu a política institucional, dos processos, dos
 procedimentos e dos sistemas necessários à implementação
 do gerenciamento do risco de crédito
 d. Implementou, tempestiva e efetivamente, a estrutura de

- d. Implementou, tempestiva e efetivamente, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

DIRETORIA: - Elcio Antonio de Azevedo

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Contadora - CRC-MG: 48852 Maria Aparecida F. de Souza Costa

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Presidente

Diretor

Presidente

Aos Administradores e Acionistas do

(Prime Systems) (d) Empresas e pessoas físicas - Grupo

Empresas e pessoas

físicas não ligadas

Não circulante..

ligadas ..

Circulante

Administradores e Acionistas do Banco Semear S.A. Belo Horizonte - MG Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Semear S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

ceiras A Administração do Banço é responsável pela elaboração e adequada

A Administração do Banco e responsavel pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção

peios controles internos que ela determinou como necessarios para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis internos da Instituição. inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e

Conselheiro - Aguinaldo Lima Azevedo Sobrinho Conselheiro - Ilvio Braz de Azevedo

- Jairo Siqueira de Azevedo

- Marcio Jose Siqueira de Azevedo

Relatorio dos auditores independente apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

Conforme Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2011 o Banco Semear mantém no ativo circulante e não circulante despesas antecipadas relacionadas a comissões sobre operações de crédito nos montantes de R\$ 11.345 mil e R\$ 4.831 mil, respectivamente, pagas empresa relacionada pertencente ao grupo econômico do Banco, cujos serviços prestados não são limitados à intermediação de operações de crédito. Entretanto, a Administração do Banco não possui controles suficientes que nos possibilitassem identificar os montantes relativos exclusivamente aos gastos com comissões sobre estas operações de crédito, cujos valores deveriam ser classificados como despesas antecipadas. Consequentemente, não foi possível mensurar os eventuais réfeitos sobre o ativo, resultado do exercício e patrimônio os eventuais efeitos sobre o ativo, resultado do exercício e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011, decorrentes do diferimento de pagamento dos referidos outros serviços prestados. Adicionalmente, as divulgações sobre partes relacionadas não fazem menção sobre

A Administração do Banco melhorou a classificação de risco de A Administração do Banco melhorou a classificação de risco de operações de crédito renegociadas, sem que houvesse alteração do risco, provocada por amortizações significativas ou por outros fatos relevantes, conforme preconizado pelo parágrafo 1º do art. 8º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011 o saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está reconhecido a menor em aproximadamente R\$ 3.292 mil e o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão reconhecidos a maior pelo mesmo valor. Conforme Nota Explicativa nº 10,0 abanco Semear possui contabilizado na rubrica de Outros Créditos - Devedores diversos - País, no Ativo Circulante, o valor de R\$ 2.528 mil, representado por pendências a regularizar. Não foi registrada provisão para perda sobre o referido montante. Como consequência, o ativo circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão reconhecidos a maior nesse montante.

Conforme Nota Explicativa nº 13, a Administração do Banço Semear Conforme Nota Explicativa nº 13, a Administração do Banco Semear amparada na opinião de seus assessores jurídicos externos, mantém o registro contábil de provisão para contingências judiciais, cuja probabilidade de perda é considerada como sendo provável, e realiza divulgação em nota explicativa das contingências cuja probabilidade de perda é classificada como possível. Contudo, mediante confirmação direta dos assessores jurídicos externos, os processos com expectativa de perda provável, superam, em R\$ 1.239 mil, o montante registrado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011. Como consequência, o saldo da rubrica "Outras obrigações - Provisão para passivos contingentes - passivo não circulante" está reconhecido a menor e o resultado e patrimônio líquido estão reconhecidos a maior passa montante.

- Georges Ghassen Saleh

Vice-Presidente - Marcio José Siqueira de Azevedo

nesse montante. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20.III.a., em 20 de setembro de 2010, o Banco Semear firmou Contrato de Estipulação e Comercialização de Seguros junto à determinada Seguradora com o objetivo de intermediar, com exclusividade, coberturas securitárias objetivo de intermediar, com exclusividade, coberturas securitárias em favor dos clientes tomadores de crédito junto ao Banco. Em decorrência da performance estabelecida no referido contrato não ter sido atingida, em 31 de dezembro de 2011, o Banco deveria ter registrado uma obrigação a pagar no valor de R\$ 7.989 mil. Sendo assim, o saldo do passivo circulante está reconhecido a menor e o resultado do rcício e patrimônio líquido está reconhecido a maior nesse monta

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do assunto mencionado no primeiro parágrafo, bem como pelos efeitos mencionados nos parágrafos segundo a quinto da seção "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Semear em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Enfase Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do assunto

Enfase
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Administração do Banco
vem envidando esforços na reformulação do seu planejamento
estratégico imprimindo uma série de medidas com o objetivo de manter
o Banco dentro dos limites operacionais exigidos pelo Banco Central do
Brasil. O sucesso destas ações, bem como a sua execução por parte dos
gestores do Banco, é considerado pela Administração como
determinante para a reversão do atual cenário e equacionamento
patrimonial do Banco, visando sua continuidade operacional. As
demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto
da continuidade normal de seus negócios e não contemplam quaisquer
ajustes decorrentes dessas incertezas. As demonstrações financeiras
não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação
dos valores de ativos e quanto aos valores e classificação de passivos nao contempiam quaisquer ajustes relativos a realização e classificação dos valores de ativos e quanto aos valores e classificação de passivos que sejam requeridos na impossibilidade da instituição continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1 e nº 9, a Administração do Banco reconheceu créditos tributários diferidos em razão de

diferenças temporárias consideradas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011, registrados no ativo não circulante, totalizam R\$49,692 mil. O registro e a manutenção do referido crédito tributário estão condicionados à existência de resultados tributáveis futuros e à aderência de condições definidas em regulamentação do Banco Central do Brasil. Nesse contexto, o Conselho de Administração contratou serviços de consultoria especializada para avaliar os negócios do Banco e apresentar um novo planejamento estratégico, considerando mudança de posicionamento estratégico e no foco do produto, estrutura, tamanho e operação, objetivando a adequação de seu core-husiness. A realização dos respectivos créditos tributários dependerá do sucesso das ações que estão sendo adotadas pela Administração, bem como a concretização das premissas estabelecidas no respectivo planejamento estratégico. Com base na avaliação da Administração, amparada pelos assessores externos contratados, não foi consignada nas demonstrações financeiras qualquer provisão no caso da não confirmação dos resultados positivos futuros. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto. Outros assuntos Outros assunto

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro de 2011 pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 19 de março de 2011, respectivamente, que não continha modificação. modificação.

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2012



KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Luiz Carlos de Carvalho Sócio-contador CRC 1SP197193/O-6"S"MG

Anderson Luiz de Menezes Contador CRC MG-070240/O-3